

## Solidariedade eficiente

João César das Neves

Em todas as épocas e lugares o homem sofreu a praga da pobreza e, para a enfrentar, a sociedade criou sempre mecanismos de assistência. Os vários instrumentos de apoio à pobreza foram eficientes sempre que se enquadravam na estrutura social do seu tempo e, simultaneamente, davam espaço ao sopro de solidariedade que as inspirava. Nos dias de hoje, na sociedade da eficácia e da produção, estas instituições, tão necessárias como em qualquer outra idade, têm de se adaptar ao meio ambiente que as rodeia. Nem todas o fazem. Entre as múltiplas razões dessa ineficiência, duas parecem destacar-se.

A primeira reside na tradição, ou no que podemos chamar a "inspiração medieval". A Idade Média foi um dos períodos em que as instituições de solidariedade melhor funcionaram. A ameaça de fome, peste e guerra era grande, inesperada, e geral. A universalidade da ameaça e a influência da Igreja tinham tornado forte o espírito de solidariedade. Assim, a rede de conventos e abadias, mas também a aplicação de regras básicas de solidariedade, como o acolhimento a viajantes ou os princípios da cavalaria, tornaram célebre a eficácia da assistência medieval. Desde então, todos a tentam imitar.

Nos dias de hoje, sobretudo em países como Portugal, muitas das associações de solidariedade vivem nesses tempos. Usar dos métodos modernos para a angariação de verbas para a assistência ainda parece, a muitos, uma indignidade. O português bem intencionado conhece as grandes "indústrias de ajudar o próximo" que existem lá pelas Américas, mas, apesar do elevado número de pessoas ajudadas por essas instituições (afinal, o que interessa!), choca-o a forma "empresarial" que elas seguem e os escândalos que, de vez em quando, inevitavelmente, surgem.

Por isso, o português cá continua na sua paróquia. O "mecenato" tenta-o, mas os métodos não mudam. Pode pôr anúncios na TV a divulgar a sua instituição mas, como acontece continuamente, esquece-se de dizer a morada, o telefone ou o número da conta para quem quiser ajudar. Tal como na Idade Média, quem quiser ajudar tem de se esforçar, e a entidade promotora não deve facilitar a vida ao dador. A caridade tem de ser azelha para parecer genuína.

A segunda causa da ineficiência é mais subtil e mais perigosa: o romantismo. Muitas vezes, embora indiscutivelmente bem intencionada, muita ajuda dirige-se, não aos verdadeiros pobres e às suas reais necessidades, mas aqueles que, idilicamente, os não-pobres pensam que são os necessitados. E, muitas vezes, esses não existem.

Este é um ponto difícil de explicar, e tenho a certeza de que serei mal entendido, mas alguns exemplos podem ajudar a esclarecer. Há uns tempos, numa igreja, ouvi o apelo para uma campanha de ajuda aos pobres. Pretendia-se recolher roupas para os necessitados mas, explicavam os promotores, não se aceitavam roupas velhas. Só novas, pois era indigno dar roupas usadas aos pobres. Não estão em causa as boas intenções, mas a aplicação dos mais elementares princípios de bom-senso económico diz que essa campanha vai conseguir roupas melhores que as outras, mas também vai ter MENOS roupas.

É claro que, quem quer que tenha concebido essa campanha, nunca foi pobre nem tem ideia do que isso seja. Tal restrição só pode ser concebida por um espírito de rico. O pobre, realmente necessitado, aceitaria tudo, e depois, se fosse caso disso, deitaria fora o que não quisesse. Daqui sai um princípio essencial, muitas vezes esquecido: quem sabe realmente de pobreza são os pobres. Por isso são eles que, no fundo, devem inspirar as medidas de combate à miséria.

Este facto deve refletir-se nas estratégias políticas neste campo. Outro exemplo ilustra o fenómeno. Na Índia e noutros países foram criados, há uns anos, projectos de alívio de situações de carência que pretendiam substituir as tradicionais transferências de fundos por programas de emprego subsidiado. O Estado, em vez de dar ajuda, fornecia trabalho aos mais pobres. A ideia era muito boa, pois evitava muitas situações de dependência e parasitismo.

Mas teve um problema: como os bem intencionados criadores da ideia queriam favorecer os pobres, as condições de trabalho e de remuneração desses projectos eram, em certas regiões, melhores que as do mercado. A consequência disso é que, além dos necessitados, muitos não-pobres tinham interesse em se aproveitar desses programas. E como os pobres são, por definição, os mais fracos e menos influentes, verificava-se, ao fim de pouco tempo, que a percentagem de verdadeiros pobres que trabalhavam nesses projectos era muito pequena.

Hoje, esses projectos continuam mas muitos passaram a conceder salários e condições de trabalho muito piores e, só assim, se tornaram realmente úteis. Agora, só mesmo os necessitados recorrem a este serviço, e só quando realmente precisam. Logo que arranjam outras condições melhores, abandonam o projecto, e dão lugar a outro. E, assim, o programa serviu o seu objectivo: fazer de rede de segurança, para aliviar necessidades extremas, em situações excepcionais.

Combater a pobreza não é fácil, nem se compadece com abordagens precipitadas. A pobreza é um inimigo velho, teimoso e forte, e a luta contra ele tem de ser eficiente.

Diário de Notícias, 26 de Junho de 1992